O 7 de Setembro e a Semana da Pátria (*)

Luiz Teixeira Barros

I – Introdução

Nem sempre os períodos cronológicos correspondem, com exatidão, à multiplicidade de fatos e fenômenos mais notáveis, que se processam na história de um país. O período imperial, no Brasil, a rigor, começa, em 1808, com a vinda de D. João VI para as nossas plagas. Data daí a desintegração do sistema colonial português caracterizado pela abertura dos portos, fundação do Banco do Brasil, Imprensa Régia, Academia de Belas Artes, extinção dos monopólios e outras medidas, que mais tarde haviam de eclodir no movimento de 7 de setembro de 1822.

No caso do Brasil, é mais correto se dizer que houve emancipação e não independência, propriamente dita.

Outra não é a opinião de Pandiá Calogeras, um de nossos maiores historiadores, quando afirma: "Desde a independência dos Estados Unidos começou-se a sentir na América Latina o frêmito precursor da emancipação local. A política imperialista de Napoleão fez o movimento das possessões espanholas, pela separação definitiva entre os vice-reinos e a metrópole conquistada pelos guerreiros; no Brasil pela trasladação do governo de Lisboa".

"Essa diferença essencial caracterizou a evolução ulterior. Nas regiões que se tornaram as repúblicas hispânicas, tudo teve de ser improvisado com recursos locais, sem pontos de referência e tradições administrativas ou políticas, entre tempestades e impecilhos inseparáveis. No trecho português houve processo lento, mas contínuo: sede da monarquia; reino unido à mesma categoria da velha Lusitânia; fase de autonomia que precede a independência; Império soberano e separado".

"Criação inorgânica no primeiro caso. Crescimento orgânico, no segundo"[1].

Não foi fácil a tarefa de nossa independência. Por não ter ocorrido aqui as lutas sangrentas que houve na América Espanhola, é costume se diminuir muito a guerra de nossa libertação. E também se desconhecer a complexidade dos efeitos do 7 de setembro de 1822 na política européia e americana.

A situação geral do Brasil, em 1822, era bastante confusa. Fazia apenas 14 anos que se entrara em um contacto mais largo com a cultura européia, em decorrência da abertura dos portos. As idéias espalhadas pela Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos e dos outros países da Amé-

(*) Palestra pronunciada no I.C. em 5/9/90.

rica Espanhola, atuavam, nesse meio novo, com intensidade, mas de modo desigual. Só tinham repercussão mais ampla entre uma reduzida elite política, ainda incerta dos rumos a seguir. Ontem, como hoje, essa elite política tinha reduzida influência no interior do país, vasto, despovoado, com reduzidos meios de transportes e comunicações.

II – D. João VI e as reformas precursoras de nossa independência

A invasão de Portugal pelas tropas do General Junot, determinou a trasladação da família real portuguesa para o Brasil.

Aqui é oportuno se salientar que essa mudança já era idéia muito antiga. Na crise de Portugal, em 1580, Felipe II, rei da Espanha, ameaçou conquistar a nação lusa, o pretendente D. Antônio, prior do Crato, foi aconselhado pelo Conde da Cunha para se transferir para o Brasil.

Quando, em 1640, Portugal proclamou-se independente da Espanha, o rei D. João IV, vendo em perigo a causa portuguesa, admitiu a possibilidade de se retirar para o Brasil.

No reinado de D. José I, pai de D. Maria I, perigou mais uma vez a independência da nação portuguesa. O Marquês de Pombal, ministro onipotente, chegou a ter uma esquadra aparelhada para transportar a corte portuguesa para nossa terra.

A vinda de D. João para o Brasil determinou o que já foi chamado de "inversão brasileira". O Brasil era a verdadeira metrópole e Portugal a sua colônia.

D. João VI abriu os portos do Brasil, criou instituições de ensino superior, extinguiu os monopólios. Para que se veja quanto era clarividente, em 1810, chegou a tentar de desenvolver a nossa siderurgia. Contratou engenheiros estrangeiros para explorar as nossas minas de ferro. Mas se deparou com o grande obstáculo da falta de combustível. O nosso carvão de pedra era de qualidade inferior, o que obstou a nossa industrialização, 12 anos antes da proclamação de nossa independência.

Hoje, já não se admite mais que só se veja em D. João VI uma personagem caricatural, através de um anedotário pitoresco, mas contrário a tudo o que a história ensina ou deve ensinar. Um dos primeiros a se rebelar contra tão insidiosa tendência foi o Visconde de Ouro Preto, que escreveu estas memoráveis palavras: "A posteridade ainda não fez justiça a D. João VI, sobretudo quanto ao seu governo no Brasil. No velho monarca, geralmente reputado de curto entendimento, tíbio, guloso e beato, havia um grande coração e a envergadura de verdadeiro estadista. A nenhum dos que influíram em seus destinos, deveu esta terra maiores serviços, do que os dele recebidos, inclusive o mais decisivo passo para a nossa emancipação política, – qual a abertura dos portos ao tráfego de todas as nações amigas. Desde essa data a independência do Brasil estava feita"[2].

O Visconde de Ouro Preto emitiu essa opinião no ano de 1900. Em 1909, Oliveira Lima publicou sua monumental obra "D. João VI no Brasil", livro que tem duas mil páginas. Pedro Calmon depois publicou uma notável biografia sobre o grande soberano luso. Adicione-se a essas valiosas opiniões, o insuspeito depoimento do grande escritor republicano Euclides da Cunha, no seu

notável livro "À Margem da História", que elogia, integralmente, a obra administrativa de D. João VI, nada mais se pode adiantar a tal respeito.

O célebre romance "Memórias de um Sargento de Milícias", de Manoel Antônio de Almeida é um retrato fiel e pitoresco da sociedade carioca durante o governo de D. João VI.

III – A Revolução de 1820 e suas conseqüências

Era plano de D. João VI tornar definitiva a trasladação da corte portuguesa para o Brasil, embora perdesse mesmo o seu domínio sobre Portugal, segundo suas próprias palavras a tal respeito. Naturalmente, porque compreendia que Portugal, "o canapé da Europa", já era uma nação velha e decadente, vivendo sob a pressão das grandes nações da Europa, especialmente, da Inglaterra. O Brasil, não. Havia aqui recursos e meios para tornar nossa terra em uma grande potência.

Realmente, a emigração da corte portuguesa para o Brasil, prejudicou Portugal, em todos os sentidos. Daí se pode deduzir uma tese curiosa: quase tudo que prejudicava Portugal redundava em benefício do Brasil.

Convém citar números que comprovam essa tese, para se evitar a pecha que Plínio Salgado lançou de que era o Brasil o único país que discutia tudo sem se citar dados estatísticos...

O tratado de comércio e navegação de 19/02/1810, celebrado entre Portugal e Inglaterra, estipulou que as mercadorias inglesas importadas pagariam, no máximo, **15% ad valorem**, enquanto que as vindas do próprio Portugal tinham uma taxa de 16%. Afonso Bandeira de Melo mostra que as transações do Brasil com Portugal, em 1808, eram de 22.751 contos de réis, caindo, em 1812, para 6.751 contos, em virtude daquele tratado[3].

É forçoso convir que Portugal vivia em situação miserável e precária, depois que D. João VI emigrou para o Brasil.

A revolução de 1820, em Porto, transtornou, por completo, todos os planos do rei. A princípio, só preconizava a mudança de um regime absoluto por uma monarquia constitucional. Depois enveredou para uma política, francamente reacionária, querendo, a tudo o transe, recolonizar o Brasil e retornar-se a uma situação para sempre desaparecida.

Extrema-se, assim, o conflito entre Brasil e Portugal, bastante atenuado com a emigração de D. João VI para o Novo Mundo. Os liberais de Portugal, como sempre, constituíam uma elite vazia, declamadora, desatenta aos fatos e intoxicada de teorias e idéias alienígenas.

Com a revolução de 1820, D. João VI vê-se forçado a regressar para Portugal, deixando seu filho mais velho e herdeiro do trono, D. Pedro, como Regente do Brasil.

As províncias do Brasil seduzidas pelas miragens românticas da revolução de 1820, depõem os capitães-generais nomeados por D. João VI e instituem juntas governativas, completamente desarticuladas entre si e vivendo em um ambiente de completa confusão.

Foi essa fase crítica de nossa história, admiravelmente bem caracterizada por Euclides da Cunha, quando disse: "Todo o país mergulhou em uma de-

composição espontânea".

Os erros dos pseudos representantes do povo português levam os brasileiros e o próprio D. Pedro a uma política de resistência. E depois ao próprio separatismo, objetivo esse que só surge quando nos convencemos que não era mais possível se evitar um conflito.

Surge aqui, em toda a intensidade, a teoria da ilógica das revoluções tão brilhantemente defendida pelo grande escritor Barbosa Lima Sobrinho, no seu notável livro "A verdade sobre a revolução de Outubro". As revoluções têm causas aparentes e causas reais. As primeiras surgem na fase da propaganda e do proselitismo. Quando vencem, porém, aparecem as causas reais. De modo que quem ingressou nelas movido pelos pretextos declamadores e teóricos da fase da propaganda, está, irremediavelmente, perdido.

A diversidade de regiões geográficas, recursos econômicos e evolução desigual criaram problemas de extrema complexidade para o governo do Regente D. Pedro.

D. João VI ao regressar para Portugal, levara todo o dinheiro. Por outra, as províncias ainda hesitavam em reconhecer a autoridade do Príncipe Regente. E não enviavam recurso algum para o governo instalado no Rio de Janeiro. Alagoas, por exemplo, chegou a aplaudir a política das cortes, em troca de franquias e regalias provinciais.

Em tal ambiente, era preciso dar uma direção única ao movimento da independência, criar um novo governo, agrupar partes esparsas e cimentar, enfim, os fundamentos de uma nova nacionalidade.

Foi, precisamente, essa falta de comando único que arruinou, por completo, a América Espanhola. Fez fracassar os planos políticos de Simão Bolivar e ocasionou o exílio voluntário de San Martin, o grande líder argentino, monarquista convicto. Retirou-se, definitivamente, para a Europa, quando se convenceu que era impossível criar monarquias constitucionais, na América, a exemplo do Brasil.

Ao lado de tantas dificuldades, D. Pedro ainda teve que enfrentar outras, no próprio Rio de Janeiro. A princípio, a regência viveu, de fato, sob a pressão militar de uma forte guarnição portuguesa de cerca de 5.000 homens sob o comando do General Jorge de Avilez.

Logo após o Fico, a 11/01/1822, o General Avilez saiu, com 2.000 homens, para ocupar o morro do Castelo. No dia seguinte, o povo se reúne no Campo de Sant'Ana disposto a reagir. O Rio de Janeiro fica tumultuado. O general lusitano, afinal, capitulou, retirando-se para a Europa no dia 15/02/1822.

É evidente que essa retirada foi um fator decisivo na consolidação de nossa independência. O Regente D. Pedro e os patriotas ficaram livres de uma pressão constante, podendo, daí em diante, agir com mais desembaraço, na defesa dos interesses nacionais. Desafogava-se o ambiente. E os brasileiros mostraram que não iam mais se submeter, passivamente, aos insensatos caprichos de uma assembléia portuguesa, que desejava o retorno do país a um passado para sempre extinto.

No tempo da independência, havia fortes núcleos portugueses, no Brasil,

suficientes para formar um partido recolonizador. Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão eram os principais focos de resistência. No Maranhão chegavam a suplantar os nacionais e partidários da independência.

No fim do período colonial, Salvador era o centro comercial mais importante do Brasil, depois do Rio de Janeiro. A população portuguesa era numerosa e ativa. Até 1763 foi capital do Brasil, quando o ciclo do ouro e dos diamantes deslocou para o sul o seu centro político e econômico.

Depois da Bahia, o núcleo mais forte da resistência lusa foi o Maranhão.

Uma circunstância de ordem geográfica contribuiu bastante para o isolamento daquele estado. Numa época de navegação à vela, os ventos alíseos da costa do Atlântico tornavam mais fácil uma viagem de S. Luís do Maranhão a Lisboa do que mesmo entre São Luís e o Rio de Janeiro.

A penúltima divisão colonial criando o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, só foi suprimida em 1763, pelo Marquês de Pombal. Tal fato ostenta, claramente, o isolamento do Maranhão em relação ao resto do país.

Desse modo, não é difícil perceber porque ali os negociantes portugueses preponderavam na vida política, social e econômica.

São muitos os vultos que lutaram pela nossa independência.

José Bonifácio, Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Frei Monte Alverne, Januário da Cunha Barbosa, Luiz Pereira da Nóbrega, Antônio Carlos, Martim Francisco, entre outros, são os que mais se destacam.

É ocioso querer se dar primazia a uns em prejuízo dos outros. Todos deram a sua contribuição. Assim sendo, temos que reconhecer a ação da maçonaria em benefício da causa, como poderosa força aglutinadora de elementos esparsos. Como também de adversários da maçonaria que lutavam pela mesma causa, como o Visconde de Cairu, Monsenhor Luiz Gonçalves dos Santos e Padre Francisco Ferreira Barreto, que combateram os excessos do liberalismo, mas que atacaram, fortemente, a recolonização do Brasil.

É lamentável que, em nossos dias, brilhante polígrafo, tenha analisado a vida de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, como jornalista, mas que tenha omitido, por completo a sua campanha sem tréguas contra a recolonização do Brasil. É estranhável tal omissão, porque, na época da independência, os homens mais cultos do Brasil eram, sem dúvida alguma, José Bonifácio e Cairu.

IV – A Guerra da Independência

Oliveira Viana, que, hoje, é modo tentar diminuir, em todos os sentidos, com a sua argúcia habitual em assuntos nacionais, assinale que a guerra da independência fosse um conflito latente entre comerciantes portugueses estabelecidos nas grandes cidades marítimas e agricultores brasileiros.

A Bahia foi o principal núcleo de resistência contra a nossa independência, sendo chefe da reação o General Inácio Luiz Madeira de Melo. O Barão do Rio Branco o elogia como militar.

Maranhão e Uruguai foram os outros centros de resistência.

D. Pedro teve que improvisar exército e armada, com absoluta falta de recursos, enfrentando problemas externos e internos de grande complexidade. E se resolveu tudo isso, tarefa que honra, sobremodo, os homens de 1822.

Madeira de Melo domina Salvador até o dia 2 de julho de 1823. Os brasileiros se refugiam no interior e iniciam a resistência. O Regente ênvia uma esquadra à Bahia dirigida por Lord Cockrane com o intuito de bloqueá-la. O Brigadeiro Pedro Labatut é designado comandante das armas da província rebelde,mas foi destituído do comando pelos oficiais e soldados, sendo substituído por José Joaquim de Lima e Silva.

A 08/11/1822 dá-se o sangrento combate de Pirajá, em que os portugueses são derrotados. Nossas tropas ainda estavam sob o comando de Labatut. Castro Alves fez entusiásticos versos sobre essa luta na sua célebre "Ode ao 2 de julho".

Na Bahia se destacam duas figuras femininas. Maria Quitéria e Sóror Angélica.

A 19/02/1822 houve, em Salvador, conflitos entre brasileiros e portugueses. Soldados lusitanos tentaram varejar o convento da Lapa. A Superiora, Sorór Angélica, se opõe a tal invasão, sendo trucidada.

Maria Quitéria de Jesus Medeiros alista-se como voluntária no regimento de artilharia e depois no Batalhão de Caçadores, sob o comando do Major José Antônio da Silva Castro. Por seus atos de bravura, em 28/08/1823, foi condecorada por D. Pedro I com a Ordem do Cruzeiro.

Afinal, a 02/07/1823, às 11 horas da manhã, Madeira de Melo embarca na esquadra portuguesa. Foi perseguido pela esquadrilha brasileira sob o comando de John Taylor, até as proximidades do rio Tejo.

À uma hora da tarde do mesmo dia da saída de Madeira de Melo, o exército pacificador do Coronel José Joaquim de Lima e Silva, tio do Duque de Caxias, e, mais tarde, Visconde de Magé, entra, triunfalmente, em Salvador.

A luta pela independência do Maranhão durou de março de 1822 a julho de 1823. O Brigadeiro João José da Cunha Fidié comandou a reação.

O Ceará enviou um contingente para auxiliar o Maranhão, comandado por Luiz Rodrigues Chaves.

O Brigadeiro Fidié marchou sobre o Piauí. E trava combate com os nacionalistas, em Genipapo, nos arredores de Campo Maior, em 24/11/1822. Os brasileiros foram dirigidos por Luiz Rodrigues Chaves, Alexandre Neri Ferreira e José da Costa Alecrim, que tinha feito junção com Salvador Cardoso de Oliveira. Sofrem tremenda derrota, perdendo 200 homens entre mortos e feridos e 100 prisioneiros. Esse fracasso se deve à imperícia militar dos nacionalistas, paisanos mal armados e soldados improvisados, que enfrentaram tropas regulares, bem comandadas e com armamento superior.

O governo do Ceará envia uma 2ª expedição ao Piauí dirigida por José Pereira Filgueira e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. A 16/04/1823, D. Pedro I nomeou Filgueira, comandante em chefe da expedição libertadora do Piauí, que chegou às fronteiras daquele estado, em junho de 1823.

Apesar de ter sido o vencedor do combate do Genipapo, Fidié deixou Campo Maior e vai se refugiar, em Caxias, no Maranhão.

Filgueira cercou Caxias. Para não assinar a ata da capitulação, em 23/07/1823, Fidié passa o comando a Luiz Manoel de Mesquita, que capitulou,

em 30/07/1823, e a 1º de agosto o exército independente entra em Caxias.

Inegavelmente, o Brigadeiro João José da Cunha Fidié foi um grande caráter. Recusou, altivamente, receber dinheiro e o posto de Brigadeiro em nosso exército, para não trair Portugal. Escreveu um livro muito interessante intitulado "Vária fortuna de um soldado português". Oferecido ao público pelo Brigadeiro Fidié, publicado em Lisboa, em 1830, e republicado com um prefácio de Hermínio Conde, pouco antes do ano de 1845. É quase inútil dizer que esse trabalho é de grande valor para o estudo de nossa independência no norte do país.

A Marinha, também cooperou para a libertação do norte. Na Bahia, Lord Cockrane apreendeu instruções do General Madeira de Melo, ordenando que parte do exército seguisse para o Maranhão. Dirige-se, então, para aquela província em 27/07/1823. A Junta Provisória entrega-lhe São Luís e ele se demora algum tempo para apaziguar o interior do estado. Cockrane estabeleceu governo no Maranhão e regressou ao Rio de Janeiro, onde recebeu o título de Marquês do Maranhão.

No Uruguai, que fôra conquistado por D. João VI, o general D. Álvaro da Costa de Sousa Macêdo, em Montevidéu, recusou reconhecer a independência do Brasil. Sustentou um cerco de 17 meses contra tropas brasileiras sob o comando do General Lecor. Mas, quando soube da expulsão dos portugueses da Bahia e do Maranhão, capitulou em 18/11/1823, retirando-se para Portugal.

Terminou, assim, a luta armada pela nossa independência.

V – O Reconhecimento do Império

Não foi tarefa fácil o reconhecimento da nossa independência.

Em 1822, preponderava, na Europa, uma política muito reacionária.

Logo após o Congresso de Viena, o Czar Alexandre I da Rússia, julgando-se o salvador da Europa, uniu-se à Prússia e Áustria e, em 26/09/1815, firmaram um tratado chamado de Santa Aliança. Os governos deviam seguir os princípios da moralidade cristã, comportando-se como irmãos e para seus súditos como pais. A Inglaterra e a Santa Sé negam-lhe apoio. Os Estados Unidos, somente, em 1820, respondem a uma consulta formulada, em 1815, dizendo que não desejavam fazer parte de "qualquer liga européia"[4].

Breve, a Santa Aliança dispôs-se a fazer, na Europa, uma política de franca intervenção contra as influências da Revolução Francesa. Em 1823, por exemplo, precisamente, um ano depois da independência do Brasil, o governo de Luiz XVIII enviou, à Espanha, uma expedição de 100 mil homens para restaurar o absolutismo de Fernando VII.

A Santa Aliança, pois, só podia ver, com manifesta hostilidade, a independência dos países americanos.

Houve mesmo um projeto dos mais insensatos. Cogitou-se de enviar ao Brasil uma expedição de 12 mil homens de desembarque para recolonizar nossa terra, em proveito de Portugal. D. Pedro I inquietou-se bastante com tal plano, que, felizmente, nunca se concretizou.

Ao lado dessa política romântica e mística veio cousa muito pior.

Surge a Inglaterra, expoente máxima da "Europa arrogante e conquistadora de mercados e territórios". Senhora absoluta dos mares, depois da batalha

naval de Trafalgar, onde foi aniquilada a esquadra de Napoleão, a Inglaterra dominou, de modo mais completo, o comércio mundial. Tendo sido o 1º país do mundo a iniciar a Revolução Industrial, possuindo um subsolo riquíssimo de ferro e carvão, ficou, por longo espaço de tempo, na privilegiada posição de importadora de matérias-primas e exportadora de produtos manufaturados. Dispondo ainda, a seu talento, de um vastíssimo império colonial. Foram inúmeros os abusos e extorsões praticados pela Inglaterra contra os países mais fracos, não sendo o Brasil uma de suas menores vítimas.

A questão começava pelo tráfico de escravos. Depois de ter usufruído, ao máximo, o trabalho do negro, a Inglaterra, graças às invenções das máquinas de fiar e tecer e das aplicações do vapor e da eletricidade, compreendeu que, daí por diante, a atividade do chamado elemento servil apresentava um rendimento mínimo. Então, a velha Albion, esquecida do seu passado, arvorou-se em campeã do abolicionismo, em relação ao Brasil. Mas se conservou escravocrata quanto aos Estados Unidos. No Brasil havia o receio de uma concorrência aos produtos tropicais das Antilhas e de outros de seu vastíssimo império colonial. Mas não via sérias possibilidades de se tornar o Brasil um empório industrial. Mas, não era essa a posição dos Estados Unidos.

Confirma, plenamente, a opinião acima desenvolvida, o fato de a Inglaterra ter relações tensas com os Estados Unidos, no tempo da guerra da secessão, quase que havendo guerra entre os dois países.

A Inglaterra pressionou tanto o Brasil, como Portugal, em relação ao reconhecimento de nossa independência.

Afinal, depois de três anos de hesitações, Portugal, sempre por intermédio da Inglaterra, reconhece nossa independência e o Brasil ficou obrigado a pagar uma dívida de um empréstimo feito por Portugal à nação britânica de 2 milhões de libras, exatamente, para o fim de recolonizar o Brasil...

Esse ato de verdadeira extorsão feito pela Inglaterra, concorreu muito para a impopularidade de D. Pedro I. E, ainda hoje, provoca críticas ao nosso 1º imperador, em tão delicada e momentosa questão.

Mas, é forçoso convir que sem esse pagamento feito à Inglaterra, jamais havia o reconhecimento de nossa independência. A guerra com Portugal se protelaria, indefinidamente, e ainda havia outras implicações contra o Brasil, em tal estado de indefinição, que talvez custasse mais do que esse pagamento indevido. O fato é que depois do reconhecimento da Inglaterra, todos os outros países fizeram o mesmo.

Recorde-se, a título de curiosidade, que Campos Sales viu-se premido a assinar o célebre "funding loan", com a Inglaterra, com suspensão de pagamento de nossa dívida externa, em condições vexatórias e humilhantes para a própria soberania nacional, como ele próprio confessou, por não ter outra alternativa.

VI – Palavras finais

Ressalte-se, por medida de inteira justiça, que a instituição da Semana da Pátria, na legislação federal, foi iniciativa do nosso eminente confrade Luiz Sucupira, como Deputado Federal pelo Ceará, na legislatura de 1934.

Confesso que ignorei tal fato durante muito tempo e só recentemente tive conhecimento por intermédio de uma reportagem publicada na imprensa local.

Por aí se veja quanto conhecemos mal nossas cousas e nossos homens.

Os brasileiros de 1822 fizeram a nossa independência política. Hoje, devemos realizar a nossa independência econômica, tarefa árdua e complexa, que exige muito esforço e sacrifício. Mas é de tal tarefa que vai depender todo o nosso futuro.

Temos que defender nossas tradições, mas sem esquecer os problemas do presente. E compreender, também, que, segundo o pensamento de Licínio Cardoso, comemorar o passado não deve ser uma atitude de mero sentimentalismo e sim a projeção para o futuro de um programa de verdadeira reconstrução nacional.

ÍNDICE DE CITAÇÕES

(1) – Pandiá Calogeras – O Brasil em 1840, trabalho publicado na revista Vamos ler, Rio de Janeiro, 15/06/1939.

(2) – Visconde de Ouro Preto. A Década Republicana, V volume, Armada Nacional, Rio de Janeiro, 1900. Companhia Tipográfica do Brasil, pág. 12.

(3) – Afonso Bandeira de Melo, Politique Comerciaile du Bresil, pág. 63, in Autobiografia do Visconde de Mauá, com prefácio e notas de Cláudio Ganns, 2ª edição, Livraria Editora do Brasil de Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1943, pág. 626.

(4) – Enciclopédia Barsa, edição de 1969, 12º Tomo, pág. 298.